

Resolução de Conjuntura

Assinam: Movimento Correnteza, Movimento Por Uma Universidade Popular (MUP)

O povo brasileiro é marcado por uma trajetória de luta pela garantia de sua liberdade, de seus direitos e em defesa do Brasil. Foi assim na resistência dos indígenas contra os colonizadores e na luta contra escravidão. O povo sempre se organizou, lutou e derrotou coletivamente os seus algozes.

Outro período no qual houve muita resistência foi durante a ditadura militar de 1964, um golpe orquestrado pela classe dominante para aprofundar a exploração do povo e para acabar com os direitos democráticos, foram 21 anos de terror. Sobre a direção do alto comando militar, aconteceram torturas, estupros e assassinatos. Foram aproximadamente 10 mil brasileiros mortos. O que todos esses capítulos tenebrosos da nossa história tem em comum é a impunidade dos que cometeram esses crimes.

Entre os anos de 2016 e 2022, assistimos novos atentados contra o país, a nossa soberania e a democracia, bem como a aprovação de várias Contrarreformas, como a do Teto de gastos, a do Ensino Médio, e a Trabalhista. Essas contrarreformas foram levadas a cabo durante o Governo Bolsonaro-Mourão e se materializaram na profunda precarização da vida da população, no aumento do desemprego, da fome, da carestia e do genocídio das populações negra, periférica e originária.

A escalada de guerras interimperialista em curso a nível mundial tem se direcionado para um impasse em que o capitalismo mundial se encontra hoje. Ao tempo que, para garantia da estrutura do imperialismo ocidental, é necessário o prosseguimento de operativas como a guerra da Ucrânia, se torna inevitável, em consequência, altos níveis de inflação, aumento das taxas de juros e colapsos mundiais de bancos, sendo esses dados resultados direto das contradições sistêmicas do próprio capital.

Em contrapartida, temos evidenciado trabalhadores de todo o mundo se manifestando, como as mobilizações na Argentina em defesa da democracia e contra o co-governo do FMI; na França contra Macron e seus aliados liberais; no Cazaquistão por aumento de salários e pensões; na Grécia pela educação, trabalho e vida; e no Brasil, com a continuidade de ocupação das ruas contra todos os retrocessos frutos do avanço do neoliberalismo no último ciclo.

O projeto golpista foi continuado em nosso país mesmo após a divulgação do resultado eleitoral, com a instalação de ocupações e acampamentos em frente a exércitos brasileiros e a invasão da Praça dos Três Poderes no dia 08 de janeiro de 2023, na tentativa de incentivar manifestações e uma eventual intervenção militar. Só sádicos fascistas como o ex-capitão do Exército Jair Bolsonaro, a cúpula das Forças Armadas e setores ultra reacionários da burguesia, em geral ligados ao agronegócio, com seu DNA escravagista, são capazes de defender conscientemente tais ações e de reivindicar a volta da ditadura militar. Não à toa o governo Bolsonaro é responsável pela morte de 700 mil brasileiros por Covid-19, e pela negação de ajuda humanitária aos Yanomami, pela morte de cerca de 600 crianças por desnutrição e por outras doenças causadas pelo garimpo.

Mas o povo, que faz a verdadeira história do Brasil, mais uma vez mobilizou-se em defesa do Brasil. No dia seguinte à invasão, as ruas de todo país foram ocupadas pelos movimentos sociais e por milhares de verdadeiros patriotas, que demonstraram a força popular em defesa da democracia e o repúdio aos vândalos fascistas. Nesse sentido, a derrota do bolsonarismo e seu projeto de austeridade representa uma vitória, com uma perspectiva de melhora das condições de vida de nossa classe e aumento da viabilidade da permanência de liberdades democráticas.

Nesse sentido, é urgente a punição de Bolsonaro, de sua família e todos aqueles que atentaram contra o país. Não aceitaremos mais uma vez que esses criminosos fiquem impunes, os golpistas de ontem e de hoje devem ir para a cadeia. Precisamos continuar mobilizados em defesa dos nossos direitos, contra qualquer tentativa golpista e fascista. Ditadura militar nunca mais.

Não seria para menos, pois a maioria do povo votou para eleger Lula presidente, para enfrentar a extrema pobreza deixada por Bolsonaro e suas reformas anti povo, como a reforma trabalhista e da previdência; ao mesmo tempo em que rechaçou o governo de fome, de morte e de corrupção do ex-capitão.

Apesar disso, essa vitória parcial, pela qual o ME trabalhou arduamente no processo eleitoral de 2022, não significa uma vitória final contra o fascismo ou a crise econômica instaurada. Pelo contrário, o PT demonstra seguir firme em seu projeto de governo de conciliação com a burguesia em contraponto ao povo, que jamais será capaz de gerar mudanças sistêmicas que assegurem verdadeiras vitórias para a classe trabalhadora.

O projeto de conciliação garante a manutenção da base sistêmica das condições alarmantes de vida da classe trabalhadora. Com um custo de vida cada vez mais elevado, a taxa de desemprego chega a 7,9% e o número de pessoas em situação de fome bate a casa dos 33 milhões. Esses efeitos atingem sobretudo a juventude, que é a parcela da população mais suscetível aos empregos informais e desemprego impostos pela conjuntura, vendendo sua força de trabalho dentro da lógica de uberização ou se submetendo a imposição da ideologia neoliberal que vende a ilusão de crescimento e carreira pessoal por meio de negócios próprios através de MEI e PJ.

A ampla composição de alianças do governo Lula aponta para seu posicionamento longe das demandas populares e aliança com setores mais à direita (que têm como principal exemplo a presença de Geraldo Alckmin na vice-presidência). É urgente a revogação dos pacotes de desmonte do Estado nacional, como o teto de gastos, reforma trabalhista, lei da terceirização irrestrita, reforma da previdência e autonomia do banco central, ao tempo que, mesmo existindo a possibilidade, o governo não realizou nenhuma movimentação concreta a favor das revogações, demarcando de qual lado seu projeto está.

Ademais, a proposta recente do novo arcabouço fiscal que vai orientar o governo Lula nos próximos anos nos permite afirmar que este é um novo teto de gastos que mantém a mesma lógica da política capitalista: austeridade fiscal, superávit primário, teto dos gastos, ou seja, a continuidade do modelo neoliberal de gestão burguesa do Estado.

Na verdade, com o pacote fiscal, o governo se autoimpôs um austericídio fiscal e monetário que seguirá restringindo os gastos sociais, os investimentos e, conseqüentemente, o crescimento econômico.

É hora de a classe trabalhadora, unida às forças populares e aos movimentos sociais, se mobilizar

em torno das lutas concretas contra as medidas burguesas de contrarreformas e retiradas de direitos, construindo um programa de mais largo prazo para romper com o sistema capitalista, a única forma de enfrentar a subordinação do país ao capital internacional e aos interesses da burguesia brasileira, realizando as medidas necessárias para a construção de uma economia planejada pelos e para os trabalhadores, rumo ao poder popular e ao socialismo!